

# Utopia Global do Espírito Santo

Santidade, Instituições e Património

**Volume III**

José Eduardo Franco  
António Manuel Ribeiro Rebelo

**Coordenação científica**

**EDIÇÃO** Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: imprensa@uc.pt | URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc) | Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO CIENTÍFICA** José Eduardo Franco e António Manuel Ribeiro Rebelo

**COORDENAÇÃO EXECUTIVA** Filipa Araújo e Joana Balsa de Pinho

**COORDENAÇÃO EDITORIAL** Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO E EXECUÇÃO GRÁFICA** Carolina Grilo

**REVISÃO** Álvaro Almeida, Ana Rita Araújo, António Manuel Ribeiro Rebelo, Bruno Lima, Carlos Serra, Cristiana Lucas Silva, Maria João Nobre, Maria José Figueiredo, Milene Alves, Paula Carreira, Porfírio Pinto, Samuel Oliveira, Sara Carvalhais de Oliveira e Susana Mourato Alves-Jesus

**TRADUÇÃO** António Manuel Ribeiro Rebelo, Bruno Lima, José Bernardino, José Eduardo Franco, Maria João Nobre, Pedro Ferreira e Porfírio Pinto

**FOTOGRAFIA DA CAPA -**

**ISBN -**

**ISBN DIGITAL -**

**DOI** <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1984-2>

**DEPÓSITO LEGAL -**

**APOIO EDITORIAL E DISTRIBUIÇÃO** Theya Editores – CEG-CIPSH-UAb

Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes – IECCPMA  
Rua Ladislau Patrício, 8, 1.º A | 1750-136 Lisboa | (00351) 934 323 983 | 969 977 702  
[theyaeditores@gmail.com](mailto:theyaeditores@gmail.com) | <http://theya-ed.org/>

Cátedra CIPSH de Estudos Globais – CEG-CIPSH-UAb  
Palácio Ceia, Rua da Escola Politécnica, 147 | 1269-001 Lisboa

As imagens publicadas na presente obra foram cedidas pelos autores dos textos que a compõem, que se responsabilizam exclusivamente pelas mesmas.

Coleção promovida em parceria com o DEG – Programa de Doutoramento em Estudos Globais/CEG/UAb e com a Fundação Calouste Gulbenkian, e em associação com a Theya Editores do IECCPMA.

**COLEÇÃO DE ESTUDOS GLOBAIS**

**DIREÇÃO DE** Guilherme d'Oliveira Martins, João Relvão Caetano e José Eduardo Franco

© JUNHO 2021, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Utopia Global do Espírito Santo / coordenação científica José Eduardo Franco e António Manuel Ribeiro Rebelo – 3 vols.

ISBN – (ed. impressa);  
ISBN – (ed. eletrónica)

I – FRANCO, José Eduardo  
II – REBELO, António Manuel Ribeiro

CDU -

# Sumário

<b>Os santos enquanto espelho do amor de Deus</b> .....	9
Virgílio Antunes	
<b>I. Espírito e Santidade</b> .....	19
<b>A dimensão canónica da canonização</b> .....	21
Pedro Miranda	
<b>Santos de tradição franciscana em Portugal: Algumas reflexões</b> .....	29
Saul António Gomes	
<b>Matrizes hagiográficas lusitanas para um santo franciscano de Apúlia (séculos XVII-XVIII)</b> .....	45
Paola Nestola	
<b>II. Rainha Santa Isabel: Santidade Plural</b> .....	59
<b>A «Rainha Santa» Isabel de Portugal: Uma figura do franciscanismo principesco</b> .....	61
André Vauchez	
<b>«Érades boa para rei!»: O carisma da secularidade na vida da Rainha Santa Isabel de Portugal</b> .....	77
Gonçalo Portocarrero de Almada	
<b>Santa Isabel de Portugal no primeiro quartel do século XVII: Um modelo hagiográfico de heroísmo e excelência de virtudes</b> .....	97
Carlota Miranda Urbano	
<b>O culto à rainha Isabel: A reconstrução da memória da santa e a renovação dos valores cristãos</b> .....	109
Ana Carine Cerva	
<b>Santa Isabel de Portugal versus mulheres santas retratadas em <i>Żywoty Świętych</i>, de Piotr Skarga: O modelo da devoção feminina</b> ...	123
Ewa Cybulska-Bohuszewicz	
<b>III. Rainha Santa: Culto e Receção</b> .....	135
<b>Visitações literárias à Rainha Santa Isabel</b> .....	137
José Carlos Seabra Pereira	
<b>O culto a S.<sup>ta</sup> Isabel, rainha de Portugal: Da morte à beatificação</b> .....	151
António Manuel Ribeiro Rebelo	
<b>A Rainha Santa Isabel na literatura jesuítica: A <i>Oratio</i> de Duarte de Sande pronunciada em 1574 no Colégio das Artes, em Coimbra</b> .....	177
Mário Magalhães Lopes da Silva	

Em torno da tradição da instituição dos Impérios do Divino Espírito Santo pela Rainha Santa Isabel .....	195
Manuel J. Gandra	
Utopia da fraternidade universal em Rainha Santa, Festas do Espírito Santo e António Sérgio .....	211
Matilde Sousa Franco	
<b>IV. Rainha Santa Isabel: Modelações na Arte .....</b>	<b>261</b>
De Rainha a Santa: A evolução da iconografia de D. Isabel de Aragão, esposa do rei D. Dinis, através dos séculos .....	263
Giulia Rossi Vairo	
A veneração e o imaginário de Isabel de Portugal na Europa Ocidental do século XVII ao século XX .....	285
Evelyne M. F. Verheggen	
Devoção e condição peregrina: A relíquia-bordão da Rainha Santa Isabel .....	333
Milton Pedro Dias Pacheco	
Culto à Rainha Santa na azulejaria em Portugal: A sua devoção em Lisboa .....	389
Adelaide Nabais e Augusto Moutinho Borges	
<b>V. Rainha Santa Isabel na Arte Portuguesa:</b>	
<b>O Antigo Convento do Bom Jesus de Monforte .....</b>	<b>407</b>
As desaparecidas pinturas de brutesco da igreja do Convento do Bom Jesus de Monforte .....	409
José Inácio Militão Silva e Vítor Serrão	
Os painéis da Rainha Santa Isabel do Convento do Bom Jesus de Monforte: Um singular programa iconográfico .....	435
Maria de Lourdes Cidraes	
A autoria dos azulejos do Convento do Bom Jesus de Monforte .....	463
José Meco	
Montagem e inventariação dos painéis de azulejo da igreja do Convento do Bom Jesus de Monforte .....	471
Paula Morgado	
<b>VI. Franciscanidade e Paracletianismo:</b>	
<b>Hagiografia, Arquitetura e Arte .....</b>	<b>497</b>
Das flores e dos santos: Significado das flores no contexto hagiográfico .....	499
Isabel Bastos	

Figurações da pomba do Espírito Santo na arquitetura em Portugal ...	511
Augusto Moutinho Borges	
Sistema hidráulico na arquitetura franciscana portuguesa (séculos XIII a XVI): Casos de estudo .....	521
Patrícia Alho	
<b>VII. Espírito das Misericórdias .....</b>	<b>535</b>
A misericórdia enquanto utopia possível: As Santas Casas e as obras de misericórdia como ideário de solidariedade integral .....	537
Joana Balsa de Pinho e José Eduardo Franco	
As Misericórdias do Minho na Idade Moderna: Contextos e dinâmicas .....	555
Maria Marta Lobo de Araújo	
A Santa Casa da Misericórdia de Viseu: 500 anos de história .....	573
Ana Filipa Pinto e Vera Magalhães	
Monsenhor José de Castro e a Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança .....	595
Henrique Manuel Pereira e Sandra Vale	
<b>VIII. Misericórdias: História, Património e Cultura .....</b>	<b>609</b>
Misericórdias e espaço construído: Processo, contexto e motivações do uso de edifícios preexistentes .....	611
Joana Balsa de Pinho	
Imagens de piedade: As «artes da cal» nas Misericórdias do Alentejo .....	637
Patrícia Monteiro	
A música no contexto da ação e do papel social da Misericórdia de Braga .....	659
Elisa Lessa	
<b>IX. Expressões e Usos do Património Imaterial: O Caso das Festas do Espírito Santo nos Açores .....</b>	<b>675</b>
As Festas do Espírito Santo nos Açores e a sua fruição pelo turista religioso .....	677
Paula Campos e Margarida Sá Nogueira Lalanda	
As Festas do Espírito Santo nas ilhas do Faial, de São Jorge e Graciosa ....	691
Viviana Silva Vieira e Margarida Sá Nogueira Lalanda	

As Festas do Espírito Santo da vila de Rabo de Peixe,  
ilha de São Miguel ..... 721  
Sónia Moniz e Margarida Sá Nogueira Lalanda

O culto ao Espírito Santo na Fazenda de Santa Cruz,  
ilha das Flores ..... 739  
Sara Silva Nóia e Margarida Sá Nogueira Lalanda

## **Clausura**

Génese histórica do Patriarcado de Lisboa  
e as origens dos seus patriarcas ..... 753  
Francisco Senra Coelho

# O culto a S.<sup>ta</sup> Isabel, rainha de Portugal

## Da morte à beatificação

*The cult of St. Isabel, Queen of Portugal: From death to beatification*

António Manuel Ribeiro Rebelo

UNIVERSIDADE DE COIMBRA, CECH, FLUC / [amrr@fluc.pt](mailto:amrr@fluc.pt) / ORCID | 0000-0002-1376-2704

**Resumo:** O culto à Rainha Santa teve início logo após a sua morte. Os feitos miraculosos atribuídos à sua intercessão começaram a ocorrer ainda ela não havia sido tumulada. Só em 1516, com a sua beatificação, passou a ter culto público oficialmente reconhecido. Em 1556, D. João III obteve autorização pontifícia para que a sua santa avó pudesse ser excepcionalmente celebrada em todo o reino. Naquele século, o culto a S.<sup>ta</sup> Isabel conheceu um forte incremento em Coimbra, que culminou com a criação da Confraria da Rainha Santa Isabel. O culto a S.<sup>ta</sup> Isabel recrudescceu com a sua canonização, em 1625, e conheceu algumas dificuldades durante a primeira metade do século XIX. Voltou a emergir com renovado fulgor na segunda metade deste século, para se consolidar no século XX, já em pleno período republicano, fruto da invocação como «Mãe da Paz e de Portugal» com que a Igreja e os portugueses a distinguiram, enquanto protetora dos soldados portugueses que lutaram na Flandres durante a Grande Guerra de 1914-1918 e, mais tarde, durante a Guerra do Ultramar.

**Palavras-chave:** Rainha Santa; culto; devoção; beatificação

**Abstract:** The cult of the Holy Queen began right after her death. The miraculous deeds attributed to her intercession had begun to take place while she had yet to be interred. It was only in 1516, with her beatification, that she began to have public worship officially recognized. In 1556, D. João III obtained pontifical permission so that his holy grandmother could be exceptionally celebrated throughout the kingdom. In this century, the cult of St. Isabel has seen a strong increase in Coimbra, culminating with the creation of the Confraternity of the Holy Queen Isabel. The cult was revived with her canonization, in 1625, and it experienced some difficulties during the first half of the 19<sup>th</sup> century. It re-emerged with renewed enthusiasm in the second half of this century and was consolidated in the 20<sup>th</sup> century, already in the midst of the republican period, due to the Holy Queen's invocation as «Mother of Peace and of Portugal» with which the Church and the Portuguese distinguished her as the protector of the Portuguese soldiers who fought in Flanders during the Great War of 1914-1918 and, later, during the Overseas War.

**Keywords:** Holy Queen; worship; devotion; beatification

Em 1336, no dia 4 de julho, numa quinta-feira, exalava o último suspiro a rainha D. Isabel. D. Afonso IV, seu filho e testamenteiro, decidiu, contra o parecer de algumas vozes, que fosse levada para Coimbra, onde escolhera sepultura. Saiu o cortejo fúnebre na tarde do dia imediato à morte, em direção a Coimbra. Com o calor, começou o ataúde a abrir fendas nas juntas das tábuas, e por elas escorria um líquido, que todos supunham gerado pela decomposição cadavérica. Qual não foi, porém, o seu pasmo quando notaram que o ataúde, em vez de exalar mau cheiro, pelo contrário, libertava um aroma suavíssimo, que a todos inebriava:

E esto tiinham prelados e muitos outros omees e boas donas, que ali viinham, por gram milagre que Deus por ela mostrava de veerem o corpo de ũua molher morta por tantos dias (e) nom cheirar senom bem, e davam a Deus graças e louvor por [l]o que se mostrava em esta rainha, que sempre fora sa serva, de nom feder o corpo dela, que era de razom e de natureza, e [de] cheirar assi bem, que era contra natura. (Nunes, 1921: 75)

Era este o primeiro facto reconhecido por todos como sobrenatural, indício comum de confirmação da santidade.

O cortejo fúnebre chegou a Coimbra na quinta-feira seguinte, dia 11 de julho. Logo ali, antes das solenes exéquias e do encerramento definitivo do túmulo, ocorreram outros fenómenos miraculosos junto do ataúde, que o bispo de Lamego, D. Fr. Salvado Martins, confessor da rainha, houve por bem mandar registar por tabeliães de Coimbra, com indicação das respectivas testemunhas. Outros milagres se sucederam nos dias e semanas seguintes por intercessão da Santa Rainha. Perante o sucesso de tantos casos inexplicáveis, outros devotos acorreram, na sua aflição, ao túmulo, promovendo verdadeiras peregrinações, que tiveram continuidade muito tempo depois de o túmulo ter sido fechado. Todos os casos milagrosos foram cuidadosamente registados em escrituras públicas, um claro indício de que, desde muito cedo, o seu biógrafo se preocupou em preparar os instrumentos necessários ao processo de beatificação. Já a Rui de Pina essa intenção não havia passado despercebida:

& sobre as couzas que em sua morte, & enterramento, & dispois sobre seo moimento milagrosamente se passarão cõ algum fundamento de ser canonizada forão tiradas inquirições cõ muy perfeito exame das testemunhas. (Pina, 1977: 378)

António de Vasconcelos acentua esta ilação:



O que significa esse cuidado com que chama e interroga testemunhas, para comprovar judicialmente cada um dos milagres que se attribuem à santa rainha? O que indica essa próspera solicitude com que faz vir perante si dois tabelliães, para lavrarem documentos donde constem os factos miraculosos, as diligencias feitas, e as provas produzidas: documentos que elle manda exarar por fórma que façam fé em todo o tempo e perante quaesquer tribunaes? (Vasconcelos, 1894, I: 283)

Por outro lado, a sequência destes eventos milagrosos é uma expressão clara da veneração e do culto privado que o povo votava à sua querida rainha, que gozou imediatamente de fama de santidade. A partir de então, nunca mais o povo de Coimbra deixaria de lhe prestar culto. Desde o século XIV, D. Isabel foi apelidada, por antonomásia, de Rainha Santa, como mais tarde reconhecerá o próprio D. Manuel no pedido que dirige ao papa pedindo a sua beatificação. Como é que se compreende que a beatificação de tão santa rainha só tenha ocorrido 180 anos depois da sua morte? A sua tia-avó Isabel da Hungria fora canonizada menos de quatro anos depois do seu passamento. Como se explica tanta delonga no caso de uma figura insigne, distinta e de tão nobres linhagens como a Rainha Santa Isabel, sobretudo quando o seu processo se encontraria bem encaminhado, praticamente preparado, pouco tempo depois da sua entrada na glória? António de Vasconcelos fornece-nos uma razão de ordem geral para que isso tivesse acontecido: «O nosso povo foi sempre muito sóbrio em solicitar de Roma beatificações e canonizações» (Vasconcelos, 1894, I: 280). Como se poderá interpretar esta circunstância mediante os factos históricos que conhecemos? É certo que, não sendo por perseverança e insistência especial de algum familiar com forte influência nas esferas da diplomacia e do poder internacional ou por compromisso e determinação de uma comunidade religiosa ou de uma figura importante na hierarquia da Igreja, a instrução dos processos de beatificação e de canonização corria o risco de não alcançar o êxito esperado. Há também condições e pré-requisitos que favorecem os momentos adequados a uma promoção satisfatória destes processos. Na verdade, desde a morte da rainha D. Isabel, em 1336, a história de Portugal caracterizou-se por períodos de guerras e de grande instabilidade, pouco compatíveis com atividades e preocupações que requerem ambientes mais propícios, aliados a uma paz de espírito e à estabilidade económica, social e política. Vejamos, em síntese, como este ambiente mais oportuno não se verifica entre 1336 e os alvares do século XVI.

O final do reinado de D. Afonso IV é marcado pelas intrigas políticas e pelo conflito com seu filho, D. Pedro, em torno da morte dramática de D. Inês, repetindo-se, nesta geração, o drama familiar da guerra inflamada entre pai e filho. Depois da morte do rei D. Afonso, D. Pedro não pensa senão em vingar e reabilitar a sua amada, e o único reconhecimento que tenta impetrar de Roma é o do seu casamento com D. Inês de Castro. Além disso, a instituição do beneplácito régio, recuperando o fantasma das relações problemáticas de D. Afonso III e de D. Dinis com a Santa Sé, não beneficiaria um relacionamento com a Igreja favorável ao início de um processo de beatificação da sua avó, apesar de a santidade da sua ação estar ainda bem presente no espírito de todos os portugueses.

O reinado de D. Fernando, por sua vez, é marcado, logo desde o início, pela aspiração do rei ao trono castelhano. O rei Formoso assumiu-se como legítimo sucessor de D. Pedro I de Castela. Daí resultou a primeira guerra fernandina, que só viu o seu termo com a intervenção do papa Gregório XI. D. Fernando I de Portugal e D. Henrique II de Castela selaram as pazes, em 1371, com a assinatura do Tratado de Alcoutim. Apesar disso, ao longo deste período de grande instabilidade política, seguir-se-ão outras guerras com Castela. O rei entrega-se à azáfama de reforçar castelos e muralhas de várias cidades do país. Também no reinado de D. Fernando não estava ainda criado o clima mais propício para se propor à Santa Sé o reconhecimento das virtudes heroicas daquela construtora da paz, que foi D. Isabel de Aragão. A maior ligação às ordens mendicantes, em detrimento das ordens monásticas, uma evolução cedo iniciada na tradição dos reis de Aragão, a que S.<sup>ta</sup> Isabel dá continuidade, em Portugal, reflete-se, curiosamente, no seu bisneto régio. Efetivamente, D. Fernando revelava uma indisfarçável predileção pelo Convento de São Francisco de Santarém, que tomou sob sua especial proteção e transformou no seu panteão régio, começando pela trasladação do corpo da sua mãe, D. Constança, num claro divórcio com a tónica que D. Pedro conferiu a Santa Maria de Alcobaça, onde se juntou a D. Inês de Castro na belíssima obra-prima tumular que constituem os dois túmulos que encomendou para si e para o seu grande amor. Em 1374, D. Fernando tomou o hábito da Ordem Terceira de São Francisco, dando sequência à tradição que vinha dos antigos reis de Aragão e que fora introduzida na família real portuguesa pela Rainha Santa Isabel, ainda que esta não tivesse tomado o hábito, mas apenas o tivesse envergado, em sinal de humildade. Nesse mesmo espírito e tradição, contribuiu para a construção de alguns mosteiros mendicantes. Mas pouco mais sabemos do que possa eventualmente afirmar-se como uma sintonia de D. Fernando com a Rainha Santa Isabel.

Certo é que, à morte do rei, se abriu nova crise. Meses antes de falecer, assinara D. Fernando com D. João I de Castela o Tratado de Salvaterra de Magos (1383), no qual ficara estipulado que D. Beatriz, sua herdeira, casaria com o soberano de Castela e que um futuro filho varão de ambos seria rei de Portugal. D. Fernando colocava Portugal nas mãos do rei vizinho, provocando, assim, uma forte reação dos partidários do Mestre de Avis, apoiado pelo povo na crise dinástica que então se abriu entre os seus defensores e os apoiantes da viúva D. Leonor Teles. Esta, como é sabido, assumira a regência do reino em representação da filha, D. Beatriz, e do genro, D. João I de Castela.

As guerras com Castela decorrem até 1385, mas o tratado de paz entre Portugal e Castela não é assinado antes de 1411. No entanto, apesar de se manter fiel ao papa aquando do Cisma do Ocidente (1378-1417), período durante o qual Castela foi submissa ao antipapa, o reino de Portugal não encontrará calma e sossego favoráveis à promoção de diplomacia santificante. Os jovens príncipes andavam num alvoroço para se afirmarem pelas armas. Efetivamente, poucos anos depois, em 1415, tem lugar a expedição que tomará a cidade de Ceuta, no Norte de África, dando início a uma nova fase de expansão e descobertas, com preocupações específicas. D. João I e o seu primogénito preferiam capitalizar a fidelidade ao papa na afirmação do poder e da independência total relativamente a Castela, o reino que traía o apoio ao papa genuíno. A intensa atividade diplomática junto da Santa Sé, que se prolongou pelo reinado de D. Duarte adiante, visava sobretudo a afirmação dos interesses políticos, económicos e religiosos de Portugal. Recorde-se que, apesar de Portugal se ter mantido fiel ao pontífice romano legítimo, o reino de Castela ganhou, no entanto, ascendência junto da Cúria Romana. Com efeito, numa época em que a união da Igreja, dilacerada pelo Grande Cisma, não estava então plenamente consolidada e apresentava feridas ainda muito expostas a situações que podiam fazer perigar a reunificação, o papa Eugénio IV revelava-se demasiado fragilizado e sujeito a pressões de uns e outros povos. Procurava agradar às nações fiéis, como Portugal, sem desgostar os reinos que se tinham reintegrado na comunhão católica, como era o caso de Castela, sobretudo numa fase de intensificação das polémicas pretensões de Castela em recuperar a jurisdição, eclesiástica e territorial, sobre áreas cuja independência ou posse o pontífice havia atribuído legitimamente aos portugueses nos anos de dissídio. Os embaixadores de Castela insistiam regularmente junto de Eugénio IV para que revogasse decisões que anteriormente havia tomado em favor de Portugal, o que o papa se viu obrigado a fazer por mais de uma vez. Como é sabido, o curto

reinado de D. Duarte, de apenas cinco anos, ficou marcado pelo desastre de Tânger. Com a sua morte, assistimos a uma oposição entre a rainha viúva, D. Leonor de Aragão, tutora de D. Afonso V, e D. Pedro, duque de Coimbra, que se lhe opôs e obteve a regência do reino até ser vítima das intrigas dos seus opositores junto de D. Afonso V, quando este atingiu a maioridade, culminando estas tensões e conflitualidades com a Batalha de Alfarrobeira. Não estava, de todo, criado o ambiente para que fosse solicitado o reconhecimento canónico das virtudes heroicas da rainha D. Isabel. Apesar de tudo, naqueles anos de alguma paz, mesmo sem tréguas firmadas entre os dois reinos, os príncipes de Avis introduziram um novo ambiente na corte que favoreceu o desenvolvimento da cultura e foi acompanhado do impulso da piedade e devoção particular, de natureza algo mística.

Nesta fase de maior desenvolvimento cultural, a devoção a S.<sup>ta</sup> Isabel é manifesta na Casa de Avis. A onomástica masculina dos príncipes reflete os interesses familiares e os da conjuntura internacional, no eixo Portugal-Inglaterra, como Luís Adão da Fonseca (2005: 245ss.) bem sublinha, mas assim acontece também com a feminina. Depois de uma D. Branca, que morre ainda com tenra idade, mas que recebeu o nome certamente em atenção à mãe da rainha D. Filipa, segue-se uma segunda filha, nesta alternância onomástica, a quem D. João I atribui o nome de Isabel, a futura duquesa de Borgonha, numa clara homenagem à santa bisavó do rei de Boa Memória.

Não era só na onomástica que se notava a influência da santa avó de reis e príncipes de Portugal. A devoção a D. Isabel de Aragão estava bem presente no devocionário de Avis e vai manter-se bem viva nas décadas seguintes em casa dos diversos príncipes. É significativo que o Mosteiro de Santa Clara, muito particularmente a capela sepulcral da rainha D. Isabel, tenha sido o local escolhido pelo príncipe herdeiro D. Duarte para contrair matrimónio com a infanta D. Leonor, filha de D. Fernando I, rei de Aragão e da Sicília, a 22 de setembro de 1428 (Dinis, 1974). Assim o afirmou explicitamente o infante D. Henrique numa carta a seu pai, o rei D. João I: «E todos emtemdemos que, polla santidade da dita rrainha dona Jsabel, foy esto feito tamto bem e homrradamente de sua casa» (Comissão Executiva..., 1961, III: 258 [doc. 125]). O casamento de D. Duarte com D. Leonor foi cuidadosamente preparado junto do sarcófago que guardava o venerando corpo da rainha Isabel de Aragão. As sagradas relíquias de S.<sup>ta</sup> Isabel, modelo luso-aragonês de virtudes, de esposa e de mãe, de rainha, assumiram uma importância capital em toda a cerimónia. Sabemos os pormenores por essa já referida missiva dirigida pelo infante D. Henrique a seu pai. D. João I não assistiu às núpcias, mas fizera questão

de ser informado de todos os pormenores pelo mestre de cerimónias, o infante D. Henrique (Comissão Executiva..., 1961, III: 256 [doc. 125]). Sabemos que o Mosteiro de Santa Clara foi «revestido de cima abaixo, por dentro e por fora, até à rua, claustro incluído, de ricos tapetes e de formosas tapeçarias, de panos bordados a carmesim, de um cetim azul aveludado, de riquíssimos brocados: o edifício foi transformado numa gigantesca tenda forrada a tecidos de luxo» (Duarte, 2005: 118). Mas a ligação ao túmulo de S.<sup>ta</sup> Isabel era um claro indício da devoção de D. Duarte à sua santa trisavó e do respeito e devoção da jovem princesa aragonesa a uma santa oriunda de uma família repleta de exemplos de santidade, que a noiva bem conhecia, pois tratava-se da linhagem mais nobre de Aragão:

Chamava a atenção um percurso cuidadosamente decorado: o que conduzia «por uma escada acima até ao coro onde jaz a Rainha dona Isabel». Os panos aveludados indicavam o laço entre a rainha aragonesa e a nova princesa aragonesa também, como nexu propiciatório de um reinado que se desejava feliz. (Duarte, 2005: 118)

Foi também no paço mandado construir pela Rainha Santa que o casal pernoitou. Não seria alheia a todas estas opções a fama das virtudes de S.<sup>ta</sup> Isabel, enquanto modelo de esposa dedicadíssima, além da já referida pátria comum de S.<sup>ta</sup> Isabel e da infanta D. Leonor, mas o móbil principal terá sido, acima de tudo, a muito provável devoção que a Casa de Avis já lhe dedicava.

De D. Leonor, esposa de D. Duarte, tomou o nome uma das netas: a futura esposa de D. João II, a rainha D. Leonor, filha do infante D. Fernando, duque de Viseu e condestável do reino. O modo de vida e a preocupação da Rainha Santa Isabel com os mais carenciados souberam inspirar outras rainhas, começando, desde logo, pela sua nora, a rainha D. Beatriz, que emulou o exemplo de santidade da sua sogra em vários níveis. Ora, do mesmo modo, a devoção alimentada entre os príncipes de Avis à sua santa avó não terá deixado de influenciar também a rainha D. Leonor (com a colaboração e anuência, primeiro, do marido e, depois da morte deste, do seu irmão, D. Manuel) nas instituições de beneficência, nas grandes obras de assistência social e nos projetos devocionais que empreendeu, ainda que o espírito vigente da *devotio moderna* – e muito concretamente a prática das obras de misericórdia – possa justificar a riqueza desta atividade fundacional. Embora haja quem considere a biografia medieval da Rainha Santa Isabel, que tem o título de *Livro Que Fala da Boa Vida Que Fez a Rainha de Portugal, Dona Isabel E de Seus Bons Feitos E Milagres em Sa Vida E depois da Morte*,

um guia orientador para rainhas e princesas, se atendermos ao modelo de rainha que aí nos é apresentado (McCleery, 2006), a emulação desse modelo de vida pelos membros da casa real portuguesa terá antes sido inspirada pela devoção a uma rainha que todos consideravam santa, mas mais ainda por se tratar de um modelo de santidade familiar.<sup>1</sup>

Além de D. Duarte, também D. Pedro, duque de Coimbra, escolheu o mesmo local para pedir a proteção celeste a 6 de maio de 1449. Antes de partir para a fatídica Batalha de Alfarrobeira, passou pelo Mosteiro de Santa Clara. Teria em mente, com certeza, o papel relevantíssimo de S.<sup>ta</sup> Isabel nas inúmeras situações de pacificação dos familiares desavindos. A mesma devoção encontramos-la noutro dos príncipes de Avis, D. Fernando, mestre de Avis, que possuía, na sua biblioteca, um exemplar da biografia da sua trisavó. Quatro dias antes de levantar ferro do Restelo e de acometer as praias do Norte de África, o Infante Santo redigiu um testamento, pelo qual legava ao «moesteyro das Donas de Sam Salvador de Lixboa» um «liuro da rreynha dona Helisabeth» (ANTT, Gavetas, Gav. 16, mç. 2, n.º 13).<sup>2</sup> A maioria dos estudiosos que se pronunciou sobre este assunto não teve dúvidas em identificar a obra como cópia da suprarreferida biografia da Rainha Santa, mais conhecida pela designação de *Lenda da Rainha Santa* ou *Relaçam*, de que existem duas cópias, uma das quais em parte incerta (cf. Nunes, 1921: 8; Dantas, 1921: 108; Neto, 1956: 119-122; Ricard, 1970: 58).<sup>3</sup> Todavia, um dos mais importantes estudiosos da literatura portuguesa do século passado, Álvaro Júlio da Costa Pimpão, rejeitou categoricamente essa hipótese na sua *História da Literatura Portuguesa*:

O Infante Santo possuiu um *Livro da Raynha dona Helisabeth*, que, segundo J. J. Nunes [...], representaria uma cópia do original da *Vida e Milagres de Santa Isabel*. Não encontramos legítimo fundamento para tal hipótese, pois na linguagem quatrocentista *Elisabet* era a santa Rainha de Hungria. (Pimpão, 1947: 323, n. 4)

---

<sup>1</sup> Sobre esta questão da santidade real e familiar, *vid.* Hauck, 1950; Bosl, 1976; Vauchez, 1977 e 1981: 209-215; Heinzelmann, 1980; Lauwers, 1988; e Klaniczay, 1989, entre os principais estudos.

<sup>2</sup> O testamento foi publicado em Comissão Executiva..., 1964, VI: 108-132 (doc. 52) (o passo em causa está na p. 120), entre muitas outras obras e estudos que a ele se dedicaram. Cf. Dinis, 1970.

<sup>3</sup> Sobre o códice em si, cf. Rebelo, 2013.

Ora, além de não fazer sentido que o título refira apenas «dona Helisabeth», em vez do esperado «santa Helisabeth», se se tratasse de S.<sup>ta</sup> Isabel da Hungria, convém recordar que o nome Helisabeth, em documentação latina da época, tanto é aplicado a S.<sup>ta</sup> Isabel da Hungria, como à santa esposa do rei D. Dinis, como nos documenta António de Vasconcelos (1894, I: 98, n. 4, e II: 8).<sup>4</sup> Mas S.<sup>ta</sup> Isabel (da Hungria) aparece referenciada distintamente da rainha D. Isabel no testamento de D. Fernando, pois o mestre de Avis declara deixar ao Convento de São Francisco de Leiria um «caderno do ofício de Santa Helisabeth», aqui, sim, S.<sup>ta</sup> Isabel, com ofício litúrgico (Comissão Executiva..., 1964, VI: 118 [doc. 52]).

Apesar do fervilhar dos acontecimentos e da intensa atividade diplomática junto da Santa Sé, promovida essencialmente para defender os interesses do reino de Portugal, as circunstâncias permitiram, ainda assim, que os canais diplomáticos, que D. João I e sobretudo D. Duarte privilegiavam, fossem utilizados com outros objetivos. A peça de ligação por excelência, neste xadrez de contactos e diligências, era D. Gomes Anes, abade de Florença, homem da confiança do papa Eugénio IV. Da sua influência e posição, bem como dos seus talentos diplomáticos, se valiam D. Duarte, os infantes e muitos outros na defesa dos interesses de Portugal e para obter do sumo pontífice graças, favores e privilégios, indulgências e até assuntos de menor monta. A ele se recorreu, em 1437, para que se organizasse o processo de canonização de D. Nuno Álvares Pereira, escassos seis anos após a sua morte. Há, de facto, provas de que D. Duarte pediu a canonização do Santo Condestável (cf. Tarouca, 1949). No Códice Ashburnham 1792 da Biblioteca Laurenziana de Florença existem dois volumes de originais, pertencentes à correspondência original que chegava de Portugal ao abade beneditino D. João Gomes. Neste códice, encontra-se a carta original de D. Duarte ao abade de Florença.<sup>5</sup> Em 1437, o Rei Eloquentes escrevia ao influente abade D. Gomes Anes, falando-lhe da canonização do «Santo Condestável», mais até queixando-se de ainda não ter recebido «O desembarço que saiu do canonizamento do Santo Condestabre per que se tire

---

<sup>4</sup> Mariagrazia Russo recorda que *Helisabeth* é uma variante gráfica do nome, aplicada, no século XIII, à esposa do rei D. Dinis, em documentação portuguesa. *Vid.* Russo, 2004: 34, a qual remete para Marques, 1944: 20, muito concretamente para o doc. 26, de 9 de junho de 1287, em que, efetivamente, se faz referência à «Raynha dona helisabeth».

<sup>5</sup> A carta foi publicada pelo padre Domingos Maurício e também por Pinharanda Gomes. *Vid.* Santos, 1928: 398 e Gomes, 2009: 52.

a inquirição que sobre isto se costuma fazer». Mas parece que o papa Eugénio IV mandara organizar o respetivo processo por aqueles dias.

Também o infante D. Pedro, caído em Alfarrobeira, em 1449, mostrou grande devoção por S. Nuno, atribuindo-se-lhe a responsabilidade da redação da oração litúrgica própria e o esboço do panegírico que, muito provavelmente, devia ser pronunciado aquando da canonização. Ambos os textos foram também remetidos por D. Duarte para Florença, para D. Gomes Anes:

Norma principum, exemplar dominorum, speculum anachoretarum es,  
beate Nune. Tu securus et fortis in proelio; tu humilis et pius in uictoria;  
tu iustus et misericors in pace; tu oboediens et deuotus in clastro.  
Sicut in omni statu fideliter et laudabiliter decertasti, ita in praesenti  
uita, honorem et gloriam, et in caelis aeternam beatitudinem adeptus es.  
V. Amavit eum Dominus et ornauit eum.

P. Stolla glorie induit eum.

Oremus

Omnipotens sempiternae Deus, qui Beatum Nunum confessorem tuum  
sic per honores et bona temporalia transire fecisti, quibus ad gloriam  
aeternam meruit peruenire, concede nobis, quaesumus, ut ipsius uitam  
imitando, ubique de hostibus reportemus uictoriam et tecum sine fine  
regnare ualeamus. Per Christum Dominum nostrum.

Amen.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Seguimos aqui a lição original de *stolla*, mantida por S. T. de Pinho, corrigindo, dessa forma, a emenda de Domingos Maurício. A tradução é a seguinte:

«Regra de príncipes, exemplo para senhores, espelho de anacoretas, sois vós, bem-aventurado Nuno. Vós, inabalável e intrépido no combate; vós, humilde e piedoso na vitória; vós, justo e misericordioso na paz; vós, obediente e devoto no clastro. Tal como, em toda a condição, combatestes com lealdade e louvor, assim também alcançastes, nesta vida presente, honra e glória, e nos Céus, a eterna felicidade.

V. O Senhor o amou e distinguiu.

P. Revestiu-o com a estola da glória.

Oremos

Deus eterno e omnipotente, que fizestes com que o Beato Nuno, vosso confessor, percorresse as honras e os bens temporais de tal modo que com eles mereceu chegar à glória eterna,



Podemos deduzir daqui e afirmar, com segurança, que tanto D. Duarte como os irmãos tomavam a sério o processo de canonização do condestável D. Nuno Álvares Pereira. Mas, se assim é, perguntamos, porque não tomaram partido desta mesma ocasião para iniciar ou promover o processo da rainha D. Isabel? A canonização de Nuno Álvares, no contexto daquela época, seria prioritária por vários motivos. Em primeiro lugar, porque tanto os próceres como os mais humildes combatentes do povo o tinham conhecido pessoalmente. A sua morte era ainda muito recente, pelo que lhe eram coevos e com ele tinham privado ou contactado os que conservavam ainda bem presente o carácter de um dos mais nobres cavaleiros, exemplo de santidade e de humildade para os demais. Por outro lado, devemos ter em conta, no contexto da época, o testemunho de entrega absoluta e incondicional em defesa da pátria, enquanto condestável do reino: um modelo de heroísmo para jovens e veteranos. Além disso, era um dos mais fiéis vassallos do rei de Portugal, numa época em que o descontentamento, a falta de lealdade e as intrigas, entre os nobres mais insatisfeitos, ameaçavam lentamente a autoridade régia, como se veio a verificar depois da morte de D. Duarte, já no tempo da regência de D. Pedro. Não fora a instabilidade política que se viveu no reino depois da morte de D. Duarte e estariam criadas as condições ideais para que a fidelíssima nação lusitana, juntamente com a influência da duquesa da Borgonha, D. Isabel (que, como já referimos, recebeu o nome em homenagem à sua trisavó!), tentasse promover aos altares a santa esposa do rei D. Dinis. Todavia, o caso de Alfarrobeira, a recusa de D. Afonso V em dar sepultura condigna ao tio e as movimentações de D. Isabel da Borgonha junto da Santa Sé, com ameaças de excomunhão contra o sobrinho, não reuniam as condições de paz e harmonia desejáveis a uma estratégia conjunta.<sup>7</sup> Por outro lado, D. Afonso V fixou toda a sua atenção na expansão militar no Norte de África, paralelamente às descobertas e à expansão ultramarina, a que D. João II viria a dar mais atenção. Voltavam a não estar reunidos os pressupostos ideais para que os processos de canonização fossem devidamente promovidos por Portugal junto da Santa Sé.

---

concedei-nos, nós vos pedimos, que, imitando a sua vida, alcancemos por toda a parte a vitória sobre os inimigos e possamos reinar convosco para sempre. Por Cristo Nosso Senhor. Amen».

Sobre os problemas inerentes ao texto, à sua autoria e composição, remetemos para Pinho, 1993, nomeadamente pp. 145, 146-147; Pinho, 1999, muito particularmente pp. 122-124; Nascimento, 2010; e Monteiro, 2018.

<sup>7</sup> Sobre o assunto, *vid.* Rebelo, 2007: 724ss. e demais bibliografia aí citada.

D. João II, por sua vez, enfrentou problemas internos e externos, que lhe absorviam toda a atenção. Tinha de lidar com a oposição de alguma nobreza na administração da justiça e na redefinição das jurisdições e autoridade real. Na sua resistência, vários dos nobres não se coibiram de conspirar contra o rei e de trair a pátria junto dos vizinhos Reis Católicos. O saneamento destas infidelidades, que terminou com a prisão e morte de muitos dos implicados, consumia a atenção do soberano, juntamente com a expansão marítima (Moreno, 1970; Mendonça, 1984-1985). Os seus adversários não se poupavam a esforços para lhe criar todo o tipo de dificuldades em Roma ou, pelo menos, não faziam exercer em seu favor a forte influência que detinham junto da Santa Sé, como era o caso do cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa, prelado de grande prestígio e poder em Roma, onde se encontrava exilado e donde administrava as várias dioceses que lhe foram sucessivamente confiadas (Mendonça, 1991). O estabelecimento de boas relações com a Santa Sé era de grande interesse estratégico para D. João II, na medida em que necessitava da autorização pontifícia para lhe ser reconhecido e garantido o domínio sobre as novas terras descobertas em África. O desequilíbrio da sua influência junto da Corte Pontifícia era tal que, nessas diligências, prescindiu mesmo da lei do beneplácito régio, que havia sido instituída no reinado de D. Pedro I. Não estavam ainda criadas as condições mais propícias, tanto interna como externamente, para a organização de uma proposta de beatificação de D. Isabel, mesmo que, porventura, D. João II, entre tantos afazeres e preocupações, mantivesse a chama da devoção a tão santa avó.

A instrução na ciência náutica e a ampliação dos conhecimentos geográficos, assim como a formação dos marinheiros na arte de navegar, deram finalmente os seus frutos. No reinado de D. Manuel I, em 1498, chega Vasco da Gama à Índia, um marco histórico universal. Dois anos mais tarde, Pedro Álvares Cabral pisa terras de Vera Cruz. No ano seguinte, em 1501, os irmãos Gaspar e Miguel Corte-Real chegam à Terra Nova. Os portugueses alargam no Oriente a sua rede comercial e, em 1505, D. Francisco de Almeida é nomeado o primeiro vice-rei dos domínios portugueses na Índia. Daqui e do Brasil começam a estabelecer-se rotas comerciais para Lisboa, onde aportam navios carregados de mercadorias. Em 1507, Afonso de Albuquerque alarga e consolida a influência portuguesa com a conquista de Ormuz e de outras fortalezas estratégicas, importantes para o desenvolvimento do poderio bélico e económico de Portugal. Afonso de Albuquerque substitui D. Francisco de Almeida como vice-rei da Índia e a expansão portuguesa no Índico conhece, na década seguinte, um dos seus períodos mais gloriosos, com

a conquista de Goa, em 1510; a conquista de Malaca, em 1511; a conquista das ilhas Molucas, as ilhas das especiarias, em 1512; e a chegada à China, em 1513.

O ano de 1514 é o culminar de tantos e grandiosos êxitos. D. Manuel enviou, nesse ano, a célebre embaixada de obediência ao papa Leão X, composta por mais de cem pessoas, com mui ilustres fidalgos e gentes de suas casas, chefiados por Tristão da Cunha. Ofertaram ao vigário de Cristo presentes magníficos jamais vistos e de uma perfeição inusitada, as «primícias das navegações da Índia» – riquíssimos paramentos, joias, tecidos, pedrarias, enormes e pesadas moedas de ouro, cunhadas para a ocasião –, riquezas que ascendiam a 500.000 cruzados. O faustoso cortejo ao som de grande número de trombetas e charamelas impressionou ainda pelo espetáculo exótico da oferta de 43 animais, que acompanhavam o cortejo dos portugueses, entre os quais sobressaía um elefante indiano ricamente engalanado, conduzido por um naire que vestia ouro e seda, um cavalo persa, oriundo de Ormuz, e uma onça de caça, sentada sobre as ancas de um cavalo atrás do caçador. O papa Leão X era um dos Medici de Florença, mais concretamente o segundo filho de Lorenzo de Medici, o Magnífico, *signore* da República de Florença. De seu pai, que tinha incarnado o ideal do príncipe humanista e que confiara a sua educação à tutela de grandes humanistas, como Ângelo Poliziano e Pico della Mirandola, tomou Leão X o gosto e o interesse pelas artes, pela ciência, pela literatura, pela cultura em geral. Tal como seu pai, fez-se rodear dos mais eruditos humanistas, nomeou como secretários os cardeais P. Bembo e J. Sadoletto e assumiu-se como um dos maiores mecenas da ciência, das letras e das artes. Devem-se ao seu patrocínio muitas das obras que hoje podemos admirar, sobretudo em Roma e em Florença, no domínio da arquitetura, da pintura e da escultura, pela mão dos maiores artistas da época, tais como Bramante, Rafael ou Miguel Ângelo, além da concretização de muitos outros importantes projetos, entre os quais assume particular relevo a reforma da Universidade de Roma. Foi no seu pontificado que Roma se tornou o centro cultural da Europa. Foram, pois, este papa e a sua intelectual corte pontifícia que assistiram a tão inolvidável embaixada de obediência, que teve início a 12 de março de 1514. A embaixada desembarcou em Porto Ercole, no final de janeiro de 1514, atravessou a Itália, de Siena para Roma, e o cortejo causou um forte e memorável impacto nas cidades e povos por onde passou. Era tal o ajuntamento de multidões nas estradas e à entrada das cidades, apesar do mau tempo, que a progressão no terreno se fazia a muito custo. De toda a parte acorreram gentes a Roma, que ficou deslumbrada perante tão magnífico espetáculo. O próprio pontífice e os cardeais da Cúria Romana

punderam apreciar aquela «vistosa pompa» a partir do Castelo de Sant'Angelo, com o elefante indiano a fazer-lhes três reverências (Góis, 1955, pt. 3, cap. 55). O fausto, a magnificência, o exotismo do cortejo, aliados à deslumbrante opulência das ofertas, causaram um inolvidável impacto no centro da cristandade.<sup>8</sup> O mundo assistia à gloriosa apoteose dos feitos dos portugueses, à manifestação do poderio e riqueza do novo império. O rei de Portugal, Senhor da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia, era consagrado como um dos mais distintos, poderosos e prósperos príncipes da cristandade; assim os embaixadores dos vários reinos o puderam observar e comunicar aos respetivos soberanos.<sup>9</sup>

Depois desta sumptuosa e retumbante embaixada, de êxito memorável, Leão X revelou uma atuação muito favorável para com o reino de Portugal. Sucederam-se as bulas e breves outorgados por este papa, concedendo vastíssimos privilégios ao rei D. Manuel, ao reino e aos seus súbditos.<sup>10</sup> Foi particularmente pródigo nesse

---

<sup>8</sup> O doutor João de Faria, embaixador de Portugal em Roma desde 1512, faz um relato minucioso a D. Manuel da embaixada de Tristão da Cunha, relatando todas as honrarias de que os portugueses foram objeto, e resume assim o êxito da empresa (*vid.* Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1892: 354 ou Silva, 1862: 236): «e crea Vosa Alteza que aquella dia foram, como vistas, criadas as glorias e vitorias de Vosa Alteza».

<sup>9</sup> Damião de Góis (1955, pt. 3, cap. 57), por exemplo, traduz uma carta enviada pelo italiano Alberto do Carpe ao imperador Maximiliano descrevendo pormenorizadamente esta embaixada de obediência ao papa. A certa altura afirma que «todo o povo universal de Roma correu para ver esta novidade, o que não é maravilha, porque poucas vezes ou nunca aconteceu mandarem os Príncipes Cristãos legados a Roma com tão magnífico aparato, nem Roma no tempo passado, quando possuía muitas províncias, posto que visse alguns elefantes da Etiópia e de África, não viu nenhum dos das Índias, o qual elefante, em chegando diante da janela onde o Papa estava, lhe fez reverência pondo os joelhos no chão». Os paramentos e ornamentos do altar eram descritos da seguinte forma: «Todas estas vestiduras eram tecidas de ouro e tão cobertas de pedras preciosas e pérolas que em poucos lugares se podia ver o ouro [...] a obra era maravilhosa, sumptuosa e magnífica [...] que direi mais para compreender tudo numa palavra? A matéria era preciosa, mas a obra sobrepujava com espanto». Foram tecidos grandes louvores à glória «deste mui alto Príncipe [...] porque há estendido e engrandecido nossa Religião, com grande glória, até os Garamantas e Índios». O rei português foi louvado pelo papa com «palavras mui honradas», porque «nunca a nenhum Papa da Igreja Romana foram apresentados tão ricos, nem tão formosos ornamentos, nem tão preciosos».

<sup>10</sup> É certo que também contribuiu para isso a nomeação de D. Miguel da Silva por D. Manuel I como embaixador residente junto da Santa Sé, sendo aquele um humanista que se destacou pela prudência e inteligência, no dizer de Leão X, e com quem o papa estabeleceu

ano de 1514 e nos que imediatamente se seguiram. Boa parte desta documentação favorece o engrandecimento da Ordem de Cristo, consolida o seu poder, amplifica a sua ação e reforça o respetivo património.<sup>11</sup> Registemos a documentação mais importante emanada da chancelaria pontifícia entre 1514 e 1516:<sup>12</sup>

– 29 de abril de 1514 – A bula *Prouidum Vniuersalis*, pela qual o papa concedia a D. Manuel e aos seus sucessores as terças eclesiásticas do reino para poder prosseguir as conquistas em África e na Ásia (Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1892: 356; Jordão, 1868: 94-96; Sousa, 1762: 209-212).

– 29 de abril de 1514 – A bula *Redemptor Noster*, pela qual o papa concedia a D. Manuel rendas eclesiásticas dos mosteiros, priorados e igrejas paroquiais de Portugal, no valor de 20 mil cruzados anuais, para dotar comendas da Ordem de Cristo (ANTT, Gavetas, Gav. 7, mç. 2, n.º 10).

– 7 de junho de 1514 – A bula *Dum Fidei Constantiam*, pela qual todas as igrejas ultramarinas foram incorporadas na Ordem de Cristo. Pela mesma bula, o papa confirmou ao rei de Portugal e aos seus sucessores para todo o sempre «o direito de padroado e o direito de apresentar pessoas idóneas para ocuparem quaisquer Igrejas e Benefícios Eclesiásticos, de qualquer qualidade que fossem, eretos nas províncias, terras e lugares conquistados ou recuperados aos infiéis [...], e os [Benefícios Eclesiásticos e Igrejas] que viessem a ser eretos também naqueles [lugares] que fossem futuramente conquistados ou recuperados» (Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1892: 254-257; Jordão, 1868: 98-99; Sousa, 1762: 217-220).

– 12 de junho de 1514 – A bula *Pro Excellentí*, pela qual o papa, a pedido de D. Manuel, criou a Diocese do Funchal, com dignidade e cónegos, passando a Igreja de Santa Maria a ser sede episcopal para a qual reverte-

---

grande estima e amizade. Reconhecendo as suas qualidades, propôs-lhe a púrpura cardinalícia em 1516, mas o embaixador declinou, sugerindo, em contrapartida, que a honra fosse antes concedida ao infante D. Afonso. Mas Leão X não desistia e viria a insistir, em vão. Só aceitaria esta distinção em 1539, com o papa Paulo III. Sobre a ação de D. Miguel da Silva, *vid.*, entre muitos outros, Deswarte, 1989; Buescu 2015; e demais bibliografia referenciada por estas autoras.

<sup>11</sup> Sobre a profusa e variada documentação pontifícia que afetava sobretudo a Ordem de Cristo, *vid.* Silva, 2002: 99, 105ss., 116ss., 286ss., 302.

<sup>12</sup> Seguimos sobretudo as edições dos documentos em Jordão, 1868 e Silva, 1862.

riam os rendimentos, proventos, emolumentos, e atribuiu ao monarca o direito de Padroado, sendo a sua circunscrição a da extinta vigararia: uma vastíssima área de jurisdição desde o cabo Bojador até à Índia. Estava criado o Padroado do Oriente (ANTT, Bulas, mç. 20, n.º 34; Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892: 257-260; Jordão, 1868: 100-101).

– 14 de setembro de 1514 – A bula *In Sacra Petri*, pela qual o pontífice concedia indulgência plenária aos participantes nas conquistas de África, Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia no ano em causa (Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892: 269-271; Jordão, 1868: 104-105).

– 3 de novembro de 1514 – A bula *Praecelsae Deuotionis*, uma das bulas mais importantes, porque confirmava o direito de Padroado dos reis de Portugal outorgado pelos pontífices anteriores no sentido de conceder aos reis portugueses as terras conquistadas e por conquistar, em África e na Ásia, dando-lhes também licença para nelas fundarem igrejas ou mosteiros (Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892: 275-298; Jordão, 1868: 106-107; Sousa, 1762: 220-240). Neste mesmo dia, o papa emitiu também o breve *Cum Legissemus Exemplum*, em que pedia a D. Manuel que acorresse em ajuda dos povos cristãos contra o inimigo turco e lhe recomendava que empregasse a sua influência junto dos príncipes cristãos para se unirem e colaborarem na luta contra o inimigo comum.

– 27 de fevereiro de 1515 – A bula *Exigit tua Erga nos* tinha por objetivo satisfazer os insistentes pedidos de D. Manuel, no sentido de lhe ser concedida uma bula de cruzada para que o rei português pudesse continuar a guerra contra os infiéis (Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892: 311-312).

– 28 de fevereiro de 1515 – Pelo breve *Insinuante Dilecto*, o papa confirmava-lhe as terças das décimas eclesiásticas para poder prosseguir a guerra contra os infiéis (Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892: 311-312).

– 31 de março de 1516 – Depois de ter declarado nulas as indulgências concedidas a favor das expedições contra os turcos e inimigos da fé cristã, o papa, com a bula *Cum alias postquam*, confirmava a situação de exceção das indulgências concedidas a D. Manuel, que mantinham plena validade (Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892: 369-370; Jordão 1868: 112).

– 31 de março de 1516 – Pelo breve *Dudum pro Parte Tua*, o papa determinou que a igreja de Marrocos ficasse também sujeita à Ordem de Cristo, tal como todas as outras igrejas eretas ou recuperadas nos últimos dois anos

aos infiéis em África e nas demais províncias ultramarinas (Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1892: 370-373; Jordão, 1868: 113-114; Sousa, 1762: 240-242).

Outra questão em que o papa Leão X se empenhou pessoalmente, de forma a ir ao encontro dos anseios do rei D. Manuel, foi a promoção da carreira eclesiástica do infante D. Afonso, filho do monarca português.<sup>13</sup> Além de todas estas benesses, o papa Leão X conferiu duas importantíssimas deferências honoríficas ao rei D. Manuel. A 11 de maio de 1514, em atenção à memorável embaixada com que o pontífice havia sido brindado, Leão X concedeu a D. Manuel a Rosa de Ouro. Seria a segunda, pois havia recebido a primeira do papa Júlio II, em 1506!<sup>14</sup> Mas as cortesias de Leão X culminariam com a atribuição, a 30 de janeiro de 1515, da mais alta distinção que um papa então podia conceder a alguém: *Gladius et Pileus* (a espada e o barrete ducal), ou, na expressão da documentação romana, *Pileus cum Ense* (o barrete com a espada), consagrados na noite de Natal de 1514, «atendendo aos seus merecimentos e aos dos seus antepassados para com a Santa Sé». Era uma condecoração rara, de elevadíssimo prestígio, concedida a um soberano, a um príncipe ou a um guerreiro que se tivesse distinguido de modo especial, uma oferta que o pontífice garantia ser preciosa mais pelo *mistério* do que pela *matéria*; ao mesmo tempo que lhe oferecia a espada, exortava-o a

---

<sup>13</sup> A 27 de fevereiro de 1515, pelo breve *Veniens Dilectus Filius*, o papa prometia que o jovem infante seria provido na primeira sé catedral ou metropolitana que vagasse, ainda que, em atenção à norma aprovada no recente Concílio de Latrão, que proibia que as igrejas catedrais fossem ocupadas por menores de 27 anos, impusesse a condição de, até lá, ser nomeado um homem probo e idóneo nessas funções administrativas. O breve *Cum Carissimus in Christo*, de 26 de julho de 1515, dirigido ao infante D. Afonso, veio confirmar que o papa, atendendo aos serviços de el-rei, seu pai, em favor da Igreja, e por especial favor do pontífice a seu pai, lhe confiava a administração de uma igreja catedral ou metropolitana, assim que atingisse os 15 anos, dispensando-o da exigência fixada no Concílio de Latrão. A 19 de janeiro de 1516, pelo breve *Alias Maiestas Tua*, o papa reiterava essa intenção. A 16 de junho de 1516, pela bula *Per alias Nostras*, reafirmava o propósito de «elevar o infante, seu filho, à dignidade eclesiástica, quando tiver mais idade». Finalmente, a 10 de setembro de 1516, pela bula *Gratie Divine Premium*, informava D. Manuel da nomeação do infante D. Afonso para bispo da Guarda, cargo que vagara por morte do bispo, sendo D. Miguel da Silva a administrá-la.

<sup>14</sup> Cf. o breve do papa Leão X dirigido a D. Manuel I in Silva, 1862: 252-253 e Jordão, 1868: 97.

vencer o inimigo da fé e a dilatar o império e os territórios da república cristã.<sup>15</sup> A espada era uma belíssima peça de aço, produzida por um dos melhores artífices da Corte Pontifícia, com joias incrustadas, e o punho em ouro lavrado, a bainha em veludo vermelho, com guarnições de ouro lavrado, embelezado com joias. A folha da espada apresentava uma inscrição do segundo Livro dos Macabeus (15, 16): *Accipe Sanctum Gladium, Munus a Deo, in Quo Deicies Adversarios Populi Mei Israel* [Recebe esta santa espada, um presente de Deus, com o qual há de abater os adversários do meu povo de Israel] (Gwynne, 2012: 107).<sup>16</sup>

Por sua vez, em maio de 1515, D. Manuel recebia em Lisboa uma oferenda invulgar de Afonso de Albuquerque: um rinoceronte indiano. D. Manuel apressou-se a enviá-lo para Roma, juntamente com outros valiosos presentes, mas a nau em que era transportado naufragou ao largo da costa italiana. O papa viria a vê-lo embalsamado, mas não seria por isso que tão exótico e invulgar presente deixaria de impressionar a Europa inteira, pois Albrecht Dürer cuidaria de imortalizar a oferta do «poderosíssimo Rei de Portugal» (como qualifica D. Manuel numa longa legenda descritiva) através da sua famosíssima gravura do não menos célebre paquiderme.

Foi neste contexto de muito bom entendimento entre o sucessor de Pedro e o rei de Portugal que foi outorgada a beatificação de D. Isabel de Aragão, um reconhecimento que a esposa de D. Dinis já merecia há muitos anos. De facto, nunca havia sido tão propícia a ocasião de rogar ao papa a concessão do culto público à rainha que a *vox populi* sempre havia reconhecido como santa, tal era a aura de santidade e a fama de virtudes que a cercavam, apesar de já ter falecido há quase dois séculos.

O pouco que sabemos sobre o processo de beatificação advém do relato de Pedro João Perpilhão. Muito pouco tempo depois de sair a lume a *Vida e Milagres da Gloriosa Rainha Sancta Isabel*, da autoria de Diogo Afonso (1560), Perpilhão compôs uma biografia da Rainha Santa, intitulada *De Vita et Moribus B. Elisabethae Lusitaniae Reginae, Libri III*. Nesta obra, concluída em 1561, Perpilhão descreve, já na parte final do relato, os esforços de D. Manuel para oficializar o culto público à rainha:

---

<sup>15</sup> Sobre o breve do papa Leão X de 30 de janeiro de 1515, *vid.* Silva, 1862: 309-310 e Jordão, 1868: 110.

<sup>16</sup> Tanto estas ofertas como o Livro de Horas, que Leão X lhe ofereceu, ter-se-ão perdido no terramoto de 1755.



Finalmente, no ano de 1516 do nascimento de Cristo, o Rei D. Manuel, inteirado dos muitos acontecimentos que ocorriam todos os anos, por graça divina, por meio de preces à santíssima Rainha, conseguiu através de Miguel da Silva, seu embaixador junto do Sumo Pontífice Leão, décimo que foi com este nome, que o direito humano e o divino permitissem que, em toda a Diocese de Coimbra, se lhe prestasse culto em rito solene e se consagrassem as suas imagens, quer em público, quer em privado, embora ainda não tivesse sido inscrita legitimamente, em cerimónia pública, no número dos santos. (Lazeri, 1749, II: 379)<sup>17</sup>

O breve de beatificação confirma que o papa anuiu à petição que lhe havia sido submetida pelo rei D. Manuel, através do seu embaixador D. Miguel da Silva:

Leão, Papa, para perpétua memória.

A pia bondade da Santa Sé alegra frequentemente, pelo dom da graça espiritual, os corações daqueles que o amor considera diligentes nas virtudes e solícitos no amor do nome de Deus.

É certo que o nosso caríssimo filho D. Manuel, ilustre Rei de Portugal e dos Algarves, nos expôs recentemente através do nosso amado filho D. Miguel da Silva, orador do mesmo Rei, dirigindo-se a nós e à Santa Sé, que, como uma multidão de fiéis cristãos, quer por devoção, quer para recuperar a santidade, digo, saúde, confluem para junto da sepultura de D. Branca, de boa memória, outrora Rainha de Portugal, que agora, naquelas paragens, é habitualmente chamada de Rainha Santa, cujo corpo, dessa mesma bem-aventurada D. Branca, repousa no mosteiro de monjas de Santa Clara, da Ordem da mesma santa, fora dos muros da cidade de Coimbra, tanto o Rei D. Manuel, como os próprios fiéis cristãos desejariam, por sua sincera devoção, poder celebrar ou mandar celebrar a festa ou comemoração e ofício divino, pelo menos nas igrejas,

---

<sup>17</sup> «Tandem anno decimo sexto supra millesimum & quingentesimum ab ortu Christi, rex Emmanuel edoctus, quam multa quotannis reginae sanctissimae precibus diuinitus acciderent, per Michaellem Syluium Legatum suum a Leone Pontifice maximo, qui decimus fuit hoc nomine, consecutus est, ut tota Conimbricensi dioecesi eam solenni ritu coleret, eius imagines publice & priuatim dedicare ius fasque esset, quanuis nondum legitime publica caeremonia in Sanctorum numerum esset ascripta». Seguimos a edição de Roma, de 1749, uma vez que as edições anteriores contêm algumas gralhas, bem como desvios ortográficos e até sintáticos.

mosteiros e lugares da cidade e da Diocese de Coimbra. Por isso, o referido Rei D. Manuel mandou pedir-nos humildemente, por meio desse mesmo orador, que nos dignássemos por benignidade apostólica dar provimento, em tempo oportuno, acerca destes assuntos, por louvor e glória do Rei Eterno e por reverência e honra da própria gloriosa e bem-aventurada Rainha, e pela devoção dos fiéis de Cristo e pela saúde das almas.<sup>18</sup>

Como se pode constatar, há um lapso no nome da Rainha Santa, que aqui é apresentada com o nome de D. Branca. Já voltaremos a esta questão. Depois de terem sido examinados os documentos que D. Fr. Salvado Martins mandara exarar e que terão acompanhado a Roma o pedido feito ao papa,<sup>19</sup> o sumo pontífice não

---

<sup>18</sup> O texto latino está transcrito em Vasconcelos, 1894, II: 33-34:

Leo Papa X ad perpetuam rei memoriam.

Pia benignitas apostolice sedis dono gratioso spiritualis eorum corda saepe letificat quos in diuini nominis amore sollicitos et amor uirtutum considerat studiosos.

Sane charissimus filius noster Emanuel Portugalliae et Algarbiorum Rex illustris nobis nuper per dilectum filium Michaellem de Silua ejusdem Regis oratorem ad nos et sedem apostolicam destinatum exposuit quod cum ad sepulturam bone memoriae Blancae, olim Portugalliae Reginae, quae nunc communiter in partibus illis Regina Sancta appellatur, in monasterio monialium sanctae Clarae, ordinis ejusdem sanctae, extra muros colimbriensis urbis ejusdem Blancae beatae corpus requiescit, multitudo xpisti fidelium tam deuotionis quam recuperandae sanctitatis causa, dico, sanitatis causa confluent, ac inibi intercessione ut pie creditur ejusdem beatae Blancae quam plurima miracula operetur altissimus, tam Emanuel Rex quam xpisti fideles ipsi pro eorum sincera deuotione cuperent de ipsa beata Blanca festum seu commemorationem et officium diuinum saltem in ecclesijs, monasterijs et locis civitatis et diocesis colimbriensis celebrare ac celebrari facere posse. Quare praefatus Emanuel Rex per eundem oratorem nobis humiliter supplicari fecit ut pro Eterni Regis laude et gloria ac ipsius gloriosae ac beatae Reginae reuerentia et honore ac populi et Christi fidelium deuotione et animarum salute super hijs opportune prouidere de benignitate apostolica dignaremur.

<sup>19</sup> António de Vasconcelos explica o desaparecimento da documentação medieval com o envio desta para Roma, acompanhando o pedido de beatificação. O texto do breve nada nos diz, mas António de Vasconcelos faz essa dedução a partir de um documento transcrito na comissória passada em Roma para instrução do processo de canonização, explicando que Deus clarificou a santidade da rainha por meio de milagres, de que os reis católicos de Portugal fizeram prova através de «legitimis documentis», documentos legítimos, aos sumos pontífices precedentes. *Vid.* Vasconcelos, 1894, I: 287, n. 3.

podia deixar de anuir ao pedido do monarca lusitano, perante factos tão claros e objetivos, e reconhece D. Isabel como digna de veneração.

O breve de beatificação é assinado em Roma a 15 de abril de 1516. Nesse breve, o sumo pontífice

1 – Determina que, «[...] nas igrejas, mosteiros e lugares da cidade e da diocese de Coimbra, os respetivos fiéis possam, uma vez por ano, celebrar e mandar celebrar a comemoração ou o ofício litúrgico» em honra daquela que «já agora, naquelas paragens, é comumente chamada Rainha Santa».

2 – Especifica, logo a seguir, que autoriza que, na cidade e diocese de Coimbra, mandem pintar a sua imagem e a coloquem, nas igrejas e nas casas particulares, entre as dos outros santos venerados.

3 – Autoriza que os fiéis a venerem e considerem como bem-aventurada e lhe prestem culto; permite ainda que os fiéis lhe rezem, pedindo a sua intercessão junto do Altíssimo.

4 – Determina que tudo isto se possa fazer livremente, sem necessidade de qualquer licença do ordinário do lugar ou de qualquer outra autoridade eclesiástica.

O doutor Vasconcelos conjectura que tenha sido portador desse breve D. Manuel de Noronha da Câmara, que nesse ano de 1516 regressou de Roma. Trazia consigo várias provas da munificência de Leão X para com o rei Venturoso, como, entre outras, o barrete cardinalício para o infante D. Afonso, filho do rei. D. Manuel remete o breve de beatificação às clarissas de Coimbra, que, de imediato, começaram a prestar-lhe culto, colocando a sua imagem sob o altar da sua capela sepulcral, bem como uma tábua com a antífona e oração de S.<sup>ta</sup> Isabel, para orientação do culto dos fiéis.

Com a sua beatificação, a 15 de abril de 1516, no reinado de D. Manuel, o culto, já então secular, ganha maior dinâmica. Os fiéis passaram a acorrer com maior frequência à capela tumular, no Mosteiro de Santa Clara. A este mesmo mosteiro ofereceu D. Manuel um belíssimo cálice com a respetiva patena, para uso exclusivo nas celebrações culturais à Rainha Santa, peças que eram de uso corrente no Mosteiro de Santa Clara-a-Nova e que D. Manuel de Bastos Pina, nos finais do século XX, mandou recolher ao Museu das Pratas da Sé, que veio a ser nacionalizado depois da República.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Sobre este assunto, *vid.* Rebelo, 2020.

Entretanto, morre o bispo D. Jorge de Almeida. Dois anos depois, em 1545, é eleito bispo de Coimbra o teólogo D. Fr. João Soares, que levanta problemas à validade do breve. É que o documento pontifício enfermava de um erro grave. Chamava «Branca» à nova bem-aventurada, em vez de «Isabel», e não haviam sido nomeados os executores do breve. As freiras recorrem ao núncio apostólico, que nomeia os cónegos da Catedral de Coimbra executores apostólicos do breve, para fazerem cumprir a referência genuína do nome da beatificada. O bispo conformou-se e acalmou.

Já no tempo de D. João III, o rei visitou Coimbra, com a esposa, a rainha D. Catarina, e a irmã D. Maria, em finais de 1550. Visitaram o Mosteiro de Santa Clara, onde veneraram a Rainha Santa, junto do seu túmulo, e donde saíram fortemente imbuídos de um fervor devocional à Santa Rainha de Portugal. Um ano depois, André de Resende viria a compor um ofício da Rainha Santa para substituir o que as freiras rezavam e que o tinha deixado horrorizado. Em Santa Cruz, já estava em uso, há várias décadas, um outro ofício.

Com D. João III, o culto a D. Isabel, rainha de Portugal, ganha novo incremento e ascende a patamares nacionais. O rei Piedoso desejava poder venerar a sua santa avó na sua capela privada, mesmo quando não se encontrava em Coimbra, pois, como estipulava o breve pontifício, o culto estava circunscrito à Diocese de Coimbra. Por volta de 1553, o rei solicitou ao papa Júlio III a confirmação do breve de Leão X, com a correção do erro, e a ampliação do culto à capela real.

No início de janeiro de 1554, o príncipe D. João, último sobrevivente dos 10 filhos de D. João III e de D. Catarina, morre quando a esposa estava já na fase final da gravidez. Todas as esperanças do reino se concentram no parto desse herdeiro. Devota fidelíssima da beata rainha D. Isabel, D. Catarina move todo o reino em preces à mais santa das rainhas de Portugal. A 20 de janeiro de 1554, organiza-se uma procissão solene ao túmulo da santa esposa do rei Lavrador, implorando a sua proteção sobre o nascituro, e nesse mesmo dia nascia em Lisboa D. Sebastião. A coincidência dos acontecimentos foi logo considerada uma bênção daquela que o povo português desde muito cedo venerou como Rainha Santa e que passou a venerar como protetora da nação portuguesa. Em resultado do êxito feliz da angustiosa conjuntura relacionada com o nascimento milagroso de D. Sebastião, o culto a D. Isabel recrudescer e propagou-se a toda a nação.

O rei desejava que a pudessem venerar em todo o reino. Assim, D. João III solicitou ao papa a extensão do culto a todo o território lusitano, para que sua santa avó pudesse ser excepcionalmente venerada e festejada por toda a parte.

O papa Paulo IV deu a sua anuência a esta pretensão em janeiro de 1556. A pedido de D. João III, todas as dioceses festejavam o dia 4 de julho, celebrando a missa e o ofício da beata Isabel de Portugal. Idêntico pedido foi manifestado pelo rei Piedoso ao reitor da Universidade de Coimbra, doutor Afonso do Prado, numa carta que lhe enviou a 9 de setembro de 1556, ordenando-lhe que em cada ano comparecesse com toda a universidade no Colégio das Artes, a fim de participar oficialmente nas celebrações que, no dia da sua festa litúrgica, ali se realizavam em honra da Rainha Santa Isabel. Ao reitor do Colégio das Artes, instou-o a que providenciasse para que, nesse dia, se realizasse uma oração pública em louvor da Rainha Santa no Colégio, com a presença de toda a comunidade universitária. Nos primeiros anos, as orações ficaram a cargo do jesuíta Pedro João Perpinhão, que inflamava a piedade dos ouvintes com os seus discursos arrebatadores.

Entre muitas outras iniciativas, promovidas no intuito de se fomentar o culto à excelsa protetora do reino, conta-se a encomenda de uma biografia da Rainha Santa. D. João III viria a falecer pouco depois, mas D. Catarina, que assume a regência durante a menoridade do neto, não é menos diligente na divulgação e promoção do culto. Terá sido certamente por sua influência, na sequência de outros empenhos do seu falecido esposo, que a abadessa de Santa Clara, D. Ana de Meneses, com o apoio de outras religiosas e de leigos, fundou a Confraria de Santa Isabel, Rainha de Portugal. Em 1560, é publicado o compromisso da nova confraria, aprovado pelo bispo-conde D. João Soares, juntamente com uma biografia da Rainha Santa da autoria de Diogo Afonso. Desde logo, a Confraria agregou a si vários lentes da Universidade, principiando uma íntima e profícua ligação multissecular da *Alma Mater* com a Confraria. Comprometia-se a nova Confraria, entre outros atos de culto, a realizar duas procissões solenes em cada ano. Ora, sabemos, por Pedro Perpinhão, que houve uma participação maciça dos diversos estratos sociais da cidade de Coimbra na primeira festa, que ocorreu precisamente a 4 de julho desse ano de 1560, sendo pregador o eloquente humanista Diogo de Paiva de Andrade. No dia anterior, saía uma procissão de um dos templos da cidade até à Igreja de Santa Clara. A 4 de julho, partia a procissão desta mesma igreja, terminando junto do túmulo de S.<sup>ta</sup> Isabel.

Dava-se início a uma das mais solenes tradições que ainda hoje reúne a sociedade coimbrã, em toda a sua diversidade social e cultural, num único espírito fraterno que tem como expoente a devoção à excelsa padroeira de Coimbra.

## Bibliografia

- Academia Real das Sciencias de Lisboa (Ed.) (1892). *Alguns Documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das Navegações e Conquistas Portuguezas Publicadas por ordem do Governo de Sua Magestade Fidelissima ao Celebrar-Se a Commemoração Quadricentenaria do Descobrimto da America*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Bosl, K. (1976). Il «santo nobile». In S. Boesch-Gajano (Ed.). *Agiografia Altomedioevale* (161-190). Bologna: Società Editrice Il Mulino.
- Buescu, A. I. (2015). D. Miguel da Silva e a Coroa portuguesa: Diplomacia e conflito. In R. Macário (Ed.). *D. Miguel da Silva: A Obra ao Tempo* (15-49). Viseu: Museu de Grão Vasco/ Projecto Património.
- Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (Ed.) (1960-1974). *Monumenta Henricina* (15 vols.). Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- Dantas, J. (1921). Os livros em Portugal na Idade Média. A livraria do Infante Santo. *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, 2 (6), 101-109.
- Deswarte, S. (1989). *Il «Perfetto Cortegiano» D. Miguel da Silva*. Roma: Bulzoni Editore.
- Dinis, A. J. D. (1970). Em torno dos testamentos do Infante Santo. *Ultramar*, 10 (40), 1-19.
- Dinis, A. J. D. (1974). À volta do casamento de D. Duarte (1409-1428). *Revista Portuguesa de História*, 15, 5-70.
- Duarte, L. M. (2005). *D. Duarte*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Fonseca, L. A. da (2005). *D. João II*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Góis, D. de (1955). *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel. Nova Edição Conforme a Primeira de 1566*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Gomes, J. P. (2009). *S. Nuno de Santa Maria – Nuno Álvares Pereira. Antologia de Documentos e Estudos sobre a Sua Espiritualidade*. Sintra: Zéfiro.
- Gwynne, P. (2012). *Poets and Princes: The Panegyric Poetry of Johannes Michael Nagonius*. Turnhout: Brepols.
- Hauck, K. (1950). Geblütsheiligkeit. In B. Bischoff & S. Brechter (Eds.). *Liber Floridus. Mittel-lateinische Studien Paul Lehmann zum 65. Geburtstag ... Gewidmet* (187-240). St. Ottilien: Eos Verlag der Erzabtei.
- Heinzelmann, M. (1980). Adelsheiliger. *Lexikon des Mittelalters* (vol. 1) (col. 148). München/ Zürich: Artemis & Winkler.
- Jordão, L. M. (1868). *Bullarium Patronatus Portugalliae Regum in Ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae Bullas, Brevia, Epistolas, Decreta actaque Sanctae Sedis ab Alexandro III ad hoc usque Tempus Amplectens, Curante...* (3 vols.). Olisipone: Typographia Nationali.
- Klaniczay, G. (1989). Sainteté royale et sainteté dynastique au moyen âge. Traditions, métamorphoses et discontinuités. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques. Archives*, 3, 69-80.
- Lauwers, M. (1988). Sainteté royale et sainteté féminine dans l'Occident médiéval. *Revue d'His-toire Ecclésiastique*, 83 (1), 58-69.

- Lazeri, P. (1749). *Petri Joannis Perpiniani Valentini e Societate Iesu Opera* (3 vols.). Roma: Typis Nicolai et Marci Palearini.
- Marques, J. M. da S. (1944). *Descobrimentos Portugueses* (vol. 1). Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- McCleery, I. (2006). Isabel of Aragon (d. 1336): Model queen or model saint? *The Journal of Ecclesiastical History*, 57 (4), 668-692.
- Mendonça, M. (1984-1985). Problemática das conspirações contra D. João II. *Clio – Revista do Centro da História da Universidade de Lisboa*, 5, 29-48.
- Mendonça, M. (1991). *D. Jorge da Costa «Cardeal de Alpedrinha»*. Lisboa: Colibri.
- Monteiro, J. G. (2018). Nuno Álvares Pereira (1360-1431): De general a carmelita». *Medievalismo*, 28, 113-145.
- Moreno, H. B. (1970). A conspiração contra D. João II: O julgamento do duque de Bragança. *Arquivos do Centro Cultural Português*, 2, 47-103.
- Nascimento, A. A. (2010). *Nuno de Santa Maria: Fragmentos de Memória Persistente*. Lisboa: Associação Regina Mundi.
- Neto, S. da S. (1956). *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Casa de Rui Barbosa.
- Nunes, J. J. (1921). *Vida e Milagres de Dona Isabel Rainha de Portugal: Texto do Século XIV, Restituído à Sua Presumível Forma Primitiva e Acompanhado de Notas Explicativas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Pimpão, Á. J. da C. (1947). *História da Literatura Portuguesa*. Coimbra: Quadrante.
- Pina, R. de (1977). *Crónicas (D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)*. Introd. e rev. M. L. de Almeida. Porto: Lello e Irmão Editores.
- Pinho, S. T. de (1993). O infante D. Pedro e a «escola» de tradutores na corte de Avis. *Biblos*, 69, 129-153.
- Pinho, S. T. de (1999). Os príncipes de Avis e o pré-humanismo português. In *Raízes Greco-Latinas da Cultura Portuguesa. Actas do I Congresso da APEC* (99-133). Coimbra: s.n.
- Rebello, A. M. R. (2007). *Martyrium et Gesta Infantis Domini Fernandi – A Biografia Latina de D. Fernando, O Infante Santo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rebello, A. M. R. (2013). Percurso histórico do códice quinhentista do Livro que fala da boa vida... In M. C. Pimentel & P. F. Alberto (Eds.). *Vir Bonus Peritissimus Aequae. Estudos de Homenagem a Arnaldo Espírito Santo* (699-706). Lisboa: Centro de Estudos Clássicos.
- Rebello, A. M. R. (2020). A confraria e o culto à Rainha Santa. In A. M. R. Rebello & C. M. Urbano (Eds.). *Isabel, Rainha e Santa: Pervivência de Um Culto Centenário* (273-306). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Ricard, R. (1970). Les lectures spirituelles de l'infant Ferdinand de Portugal (1437). In *Études sur l'Histoire Morale et Religieuse du Portugal* (53-61). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.

- Russo, M. (2004). Isabella d'Aragona, regina del Portogallo, «Rainha Santa»: La tradizione manoscritta e il miracolo delle rose. In Associazione FIDAPA-Sezione Viterbo (Dir.). *Donne Sante Sante Donne* (33-79). Viterbo: Sette Città.
- Santos, D. M. G. dos (1928). Para a história do culto do B. Nun'Alvares, um documento inédito. *Brotéria*, 7, 393-399.
- Silva, I. L. M. de S. e (2002). *A Ordem de Cristo (1417-1521)*. Porto: CEPES/Fundação Eng. António de Almeida.
- Silva, L. A. R. da (1862). *Corpo Diplomático Português Contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potencias do Mundo desde o Seculo XVI até os Nossos Dias*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- Sousa, A. C. de (1762). *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, Tiradas dos Instrumentos dos Archivos da Torre do Tombo, da Sereníssima Casa de Bragança, de Diversas Cathedras, Mosteiros e Outros Particulares deste Reyno...* (6 vols.). Lisboa: Typographia Sylviana.
- Tarouca, C. da S. (1949). O «Santo Condestável» pode ser canonizado? *Brotéria*, 49, 129-140.
- Vasconcelos, A. G. R. de (1894). *Evolução do Culto de Dona Isabel de Aragão, Esposa do Rei Lavrador, Dom Dinis de Portugal, a Rainha Santa: Estudo de Investigação Histórica* (2 vols.). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Vauchez, A. (1977). *Beata stirps: Sainteté et lignage en Occident au XIIIe et XIVe siècles. In Famille et Parenté dans l'Occident Médiéval. Actes du Colloque de Paris (1974)* (397-406). Rome: École Française de Rome.
- Vauchez, A. (1981). *La Sainteté en Occident aux Derniers Siècles du Moyen-Âge d'après les Procès de Canonisation et les Documents Hagiographiques*. Rome/Paris/Torino: École Française de Rome.

## FONTES DOCUMENTAIS

- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Bulas, mç. 20, n.º 34, *Bula «Pro Excellenti» do Papa Leão X*, 12 de junho de 1514.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 7, mç. 2, n.º 10, *Bula «Redemptor Noster Dominus Iesus Christus» do Papa Leão X*, 1514-1515.
- Arquivo Nacional Torre do Tombo, Gavetas, Gav. 16, mç. 2, n.º 13, *Testamento do Infante D. Fernando antes de Partir para África*, 18 de agosto de 1437.



### **ARBITRAGEM CIENTÍFICA (REFEREES)**

- † Alberto Vieira (Centro de Estudos de História do Atlântico)  
Annabela Rita (Universidade de Lisboa)  
António Manuel Ribeiro Rebelo (Universidade de Coimbra)  
Cristiana Lucas Silva (Universidade de Lisboa)  
Cristina Trindade (Universidade de Lisboa)  
Cybelle Salvador Miranda (Universidade Federal do Pará)  
Eliane Cristina Deckmann Fleck (Universidade do Vale do Rio dos Sinos)  
Filipa Araújo (Universidade de Coimbra)  
Hélder Fonseca Mendes (Instituto Histórico da Ilha Terceira)  
Isaías Hipólito (Universidade de Coimbra)  
Joana Balsa de Pinho (Universidade de Lisboa)  
José Carlos Lopes de Miranda (Universidade Católica Portuguesa)  
José Eduardo Franco (Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta)  
Luísa M. Antunes Paolinelli (Universidade da Madeira)  
Madalena Costa Lima (Universidade de Lisboa)  
Margarida Sá Nogueira Lalande (Universidade dos Açores)  
Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)  
Maria Margarida Lopes de Miranda (Universidade de Coimbra)  
Martinho Soares (Universidade de Coimbra)  
Patrícia Monteiro (Universidade de Lisboa)  
Paula Carreira (Universidade de Lisboa)  
Paulo de Assunção (Universidade de São Paulo)  
Regina Anacleto (Universidade de Coimbra)  
Saturino Gomes (Tribunal da Rota Romana)  
Saul António Gomes (Universidade de Coimbra)

### **COMISSÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL DA OBRA E DO CONGRESSO ESPÍRITO SANTO: A UTOPIA DA FRATERNIDADE UNIVERSAL**

- Presidente: António Manuel Ribeiro Rebelo (Universidade de Coimbra)  
Adelino Cardoso (Universidade Nova de Lisboa)  
Albano Figueiredo (Universidade de Coimbra)  
† Alberto Vieira (Centro de Estudos de História do Atlântico)  
Ana Maria Rodrigues (Universidade de Lisboa)  
Ana Paula Avelar (Universidade Aberta)  
Anderson Vargas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)  
André Vauchez (Académie des Inscriptions et Belles-Lettres)  
Annabela Rita (Universidade de Lisboa)  
António Filipe Pimentel (Universidade de Coimbra)  
António Moniz (Universidade Nova de Lisboa)  
António Pedro Sangreman Proença Marcelino Mesquita (Universidade de Lisboa)  
Armando Martins (Universidade de Lisboa)  
Arménia Maria de Souza (Universidade Federal de Goiás)  
Avelino de Freitas de Meneses (Universidade dos Açores)  
Belmiro Fernandes Pereira (Universidade do Porto)  
Bernardo Vasconcelos e Sousa (Universidade Nova de Lisboa)

Carlos A. Moreira Azevedo (Conselho Pontifício da Cultura)  
 Carlos Aurélio Ventura Morujão (Universidade Católica Portuguesa)  
     Carlos Fiolhais (Universidade de Coimbra)  
 Carlota Maria Lopes de Miranda Urbano (Universidade de Coimbra)  
     Cécile Vincent-Cassy (Universidade de Paris XIII)  
 Celso Carminati (Universidade do Estado de Santa Catarina)  
     Daniela Marcheschi (Universidade Florença)  
     Delfim Leão (Universidade de Coimbra)  
 Edgard Leite Ferreira Neto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)  
     Ernesto Rodrigues (Universidade de Lisboa)  
     Fátima Reis (Universidade de Lisboa)  
     Fátima Sá (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa)  
     Fernanda Enes (Universidade Nova de Lisboa)  
 Francisco Senra Coelho (Universidade Católica Portuguesa)  
     Giulia Rossi Vairo (Universidade Nova de Lisboa)  
 Guilherme d'Oliveira Martins (Centro Nacional de Cultura)  
     Hélder Fonseca Mendes (Diocese de Angra do Heroísmo)  
 Henrique Manuel Pereira (Universidade Católica Portuguesa)  
     Irene Maria Vaquinhas (Universidade de Coimbra)  
     Isabel dos Guimarães Sá (Universidade do Minho)  
     Jacinto Farias (Universidade Católica Portuguesa)  
     † João David Pinto-Correia (Universidade de Lisboa)  
 João Paulo Oliveira e Costa (Universidade Nova de Lisboa)  
     Jorge Bastos da Silva (Universidade do Porto)  
 José António de Camargo Rodrigues de Souza (Universidade Federal de Goiás)  
 José Carlos Lopes de Miranda (Universidade Católica Portuguesa)  
     José Carlos Seabra Pereira (Universidade de Coimbra)  
     José Eduardo Franco (Universidade Aberta)  
     José Facinto Farias (Universidade Católica Portuguesa)  
 José Ignacio Ruiz Rodrigues (Universidade de Alcalá de Henares)  
     † José Marques (Universidade do Porto)  
     José Mattoso (Universidade Nova de Lisboa)  
 José Paulo Leite de Abreu (Universidade Católica Portuguesa)  
     José Pedro Paiva (Universidade de Coimbra)  
     Juan Ignacio Pulido Serrano (Universidade de Alcalá)  
     Luis Eduardo Oliveira (Universidade Federal de Sergipe)  
     Luís Machado de Abreu (Universidade de Aveiro)  
     † Manuel Augusto Rodrigues (Universidade de Coimbra)  
     Manuel Clemente (Universidade Católica Portuguesa)  
         Manuel Gomes Barbosa (CIRP)  
     Maria de Fátima Reis (Universidade de Lisboa)  
     Maria de Lourdes Cidraes (Universidade de Lisboa)  
     Maria Helena da Cruz Coelho (Universidade de Coimbra)  
     Maria José Azevedo Santos (Universidade de Coimbra)  
 Maria Margarida Lopes de Miranda (Universidade de Coimbra)  
     Mário Avelar (Universidade Aberta)  
     Miguel Real (Universidade de Lisboa)  
     Nair de Nazaré Castro Soares (Universidade de Coimbra)

Onésimo Teotónio Almeida (Universidade de Brown)  
Paulo de Assunção (Universidade Estadual do Maringá)  
Pedro Flor (Universidade Nova de Lisboa)  
Paulo Mendes Pinto (Universidade Lusófona)  
Pedro Caridade de Freitas (Universidade de Lisboa)  
Pierre Antoine Fabre (École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris)  
Rogério Luiz de Souza (Universidade Federal de Santa Catarina)  
Sandra Saldanha (Universidade de Coimbra)  
Saul António Gomes (Universidade de Coimbra)  
† Sebastião Tavares de Pinho (Universidade de Coimbra)  
Tony Neves (Universidade Católica Portuguesa)

### **INSTITUIÇÕES PROMOTORAS DO CONGRESSO**

Câmara Municipal de Alenquer  
Confraria da Rainha Santa Isabel de Coimbra

### **INSTITUIÇÕES PROMOTORAS ASSOCIADAS**

Reitoria da Universidade Aberta  
Reitoria da Universidade de Coimbra  
Reitoria do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

### **INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS COORDENADORAS**

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos  
Centro de História da Sociedade e da Cultura  
CIDH da Universidade Aberta  
CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes

### **INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS ASSOCIADAS AO CONGRESSO**

Academia Portuguesa da História  
ALENCULTA, Associação Cultural do Concelho de Alenquer  
Alto Comissariado para as Migrações  
Associação Portuguesa de Estudos Neolatinos  
Centro Académico de Democracia Cristã (C.A.D.C)  
Centro de Estudos de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa  
Centro de Estudos de História do Atlântico Alberto Vieira (CEHA)  
Centro de Teoria e História do Direito da Universidade de Lisboa  
Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos  
Centro Nacional de Cultura  
CHAM – Centro de Humanidades (CHAM – NOVA FCSH)  
Ciências das Religiões Universidade Lusófona  
CIRP – Conferência dos Institutos Religiosos de Portugal  
Comissão das Festas do Império do Divino Espírito Santo de Alenquer  
Grupo de História da Filosofia do Centro de Filosofia (FLUL)  
Instituto de História e Arte Cristãs (Arquidiocese de Braga)  
Instituto Português de Santo António em Roma  
Santa Casa da Misericórdia de Aldeia Galega da Merceana

Santa Casa da Misericórdia de Coimbra  
Santa Casa da Misericórdia de Viseu  
Secretaria Regional da Educação e Cultura da RAA  
Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura  
Sociedade Brasileira de Retórica  
Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais  
Sociedade Portuguesa de Retórica  
União das Misericórdias Portuguesas  
Universidade dos Açores

### **INSTITUIÇÕES PATROCINADORAS DO CONGRESSO**

Associação Mutualista Montepio  
Caixa de Crédito Agrícola  
Casa Santos Lima  
CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Confraria do Café  
Delta  
Direção Regional das Comunidades da RAA  
Europastry  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Fundação Calouste Gulbenkian  
Fundação Millennium BCP  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
Luís Simões  
Quinta das Lágrimas  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa  
Turismo do Centro de Portugal  
Vimeiro

### **INSTITUIÇÕES PROMOTORAS E FINANCIADORAS DA OBRA**

Câmara Municipal de Alenquer  
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo  
Câmara Municipal de Ponta Delgada  
Cátedra CIPSH de Estudos Globais da Universidade Aberta  
CLEPUL da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa  
Confraria da Rainha Santa Isabel de Coimbra  
Imprensa da Universidade de Coimbra  
Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes  
Theya Editores

### **INSTITUIÇÕES PROMOTORAS DO CONGRESSO**



## INSTITUIÇÕES PROMOTORAS ASSOCIADAS



## INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS COORDENADORAS



## INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E CULTURAIS ASSOCIADAS AO CONGRESSO





## INSTITUIÇÕES PATROCINADORAS DO CONGRESSO



## INSTITUIÇÕES PROMOTORAS E FINANCIADORAS DA OBRA

